CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

ATA SUCINTA DA 104ª (CENTÉSIMA QUARTA)

SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DEBATER COM OS CONSELHOS DE SAÚDE DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL SOBRE A SITUAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA DE CADA CIDADE,

DE 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Chico Leite e Dr. Charles

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 53 minutos

TÉRMINO: 18 horas e 7 minutos

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- Aylton Gomes – PR
- Bispo Renato Andrade – PR
- Cabo Patrício – PT
- Chico Leite – PT
- Cláudio Abrantes – PPS
- Dr. Charles – PTB
- Erika Kokay – PT
- Milton Barbosa – PSDB
- Paulo Tadeu – PT
- Reguffe – PDT
- Wilson Lima – PR

Obs.: Os Deputados Benício Tavares – PMDB e Brunelli – PSC encontram-se licenciados, de acordo com os AMDs nºs 108/2009 e 107/2009, respectivamente.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Chico Leite):

– Está aberta a sessão.

– Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Chico Leite):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 1.876, de 2009, dos Deputados Dr. Charles, Eurides Brito, Erika Kokay e Benício Tavares, a sessão ordinária será transformada em Comissão Geral para debater com os Conselhos de Saúde das Regiões Administrativas do Distrito Federal sobre a situação da saúde pública de cada cidade.

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

– PRESIDENTE DA SESSÃO E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, Deputado Dr. Charles
– CONSELHEIRA DE SAÚDE E DIRETORA DO SINDICATO DOS MÉDICOS DO DISTRITO FEDERAL, Drª Mariangela Delgado Athayde Cavalcante
– DEPUTADO CHICO LEITE, em nome do PT
– DEPUTADO REGUFFE, em nome do PDT
– DEPUTADA ERIKA KOKAY, líder da bancada do PT
– DEPUTADO CABO PATRÍCIO, em nome do PT

2.2 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADO Dr. CHARLES, presidente da sessão

– Menciona falhas no atendimento público de saúde do DF e observa que a demanda proveniente do Entorno tem sido apontada como agravante dos problemas existentes.

– Questiona a necessidade de reestruturação dos conselhos de saúde do DF para correção das deficiências mencionadas.

– Sustenta que é necessário consultar os conselhos de saúde no intuito de aperfeiçoar o atendimento a saúde no DF.

– Defende o aperfeiçoamento da gestão do sistema de saúde e a realização de maior investimento em atenção básica à saúde no DF.

DEPUTADO CHICO LEITE – PT

– Apresenta dados referentes à execução orçamentária do DF que demonstram a falta de prioridade atribuída pelo governo à área de saúde.

– Salienta o seu esforço na fiscalização orçamentária do DF.

– Frisa que o governo tem executado percentual muito pequeno da dotação orçamentária destinada à saúde.

– Informa que o sistema de prontuários eletrônicos, em cuja implementação foram gastos R$ 34 milhões, funciona apenas em Samambaia e divulga que o Ministério Público e o Tribunal de Contas do DF investigam o contrato firmado nesse projeto.

– Denuncia que o governo despendeu mais de R$ 500 milhões para contratar os serviços de clínicas particulares, sem licitação.

– Reitera que os dados orçamentários revelam que o GDF prioriza as empreiteiras em detrimento da atenção à vida.

– Lamenta que o governo tenha retirado o projeto de lei que dispõe sobre a regulamentação dos conselhos de saúde do DF.

– Sustenta que os conselhos de saúde devem atuar com independência.

DEPUTADO REGUFFE – PDT

– Julga importantes os Conselhos de Saúde, especialmente pelo serviço prestado à população, e ressalta que estes devem ser mais valorizados, uma vez que conhecem profundamente os problemas inerentes ao setor.

– Defende a maior aproximação e uma participação mais ativa dos Conselhos junto à Secretaria de Saúde na execução de políticas públicas para a população.

– Reporta-se a dados do orçamento de 2008 em que são mostrados gastos com medicamentos e que estes praticamente equiparam-se aos gastos com vigilância e limpeza dos hospitais, e conclui manifestando repúdio ao fato.

– Lembra denúncias feitas pelo próprio parlamentar sobre a falta de medicamentos na rede pública de saúde e reclama uma solução do Governo para o problema.

– Salienta a falta de controle com os gastos em hospital público.

– Questiona a atuação do Governo em políticas públicas de saúde.

– Justifica o seu voto contrário à terceirização do Hospital de Santa Maria e apóia o investimento no atual Sistema Único de Saúde.

– Cobra do Governador a implementação do cartão saúde, promessa de campanha até hoje não realizada.

– Recomenda que esta Casa apure as denúncias da existência de computadores alugados e encaixotados em hospitais da rede pública.

– Reitera a aproximação da Secretaria de Saúde aos Conselhos como forma de aperfeiçoar o atendimento à população.

DRª MARIANGELA DELGADO ATHAYDE CAVALCANTE, Conselheira de Saúde e Diretora do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal

– Defende o sistema público de saúde e manifesta o seu posicionamento contrário a terceirizações e privatizações em desacordo com a Constituição Federal.

– Frisa ser o sistema público de saúde do DF o único do Brasil a possuir uma rede pública estatal de serviços e acrescenta que este pode vir a ser uma vitrine de saúde pública para o País.

– Recorda que a política de saúde implementada em sua gestão como chefe de centro de saúde serviu de modelo para a Constituição Federal, diminuiu a mortalidade infantil e ampliou a vacinação.

– Lamenta a atual situação da saúde no DF.

– Critica a política de privatização da saúde, anunciada pelo Governador Arruda.

– Tece comentários sobre o fórum de modelos de gestão do SUS, promovido pelo GDF e pelo jornal *Tribuna do Brasil*, hoje, no Hotel São Marcos, a fim de debater as alternativas de modelos de gerência com a sociedade.

– Comenta que no local havia apenas seis gestores da FEPECS.

– Exalta os conselheiros a resgatar o movimento sanitário de 1988 e a saúde pública do Distrito Federal.

ÂNGELA CRISTINA PAULO DO ESPÍRITO SANTO, Conselheira de Saúde do Conselho Regional de Saúde de Brasília e Diretora do Sindsaúde

– Refere-se ao bom trabalho realizado pela Fundação Hospitalar do DF, extinta pelo governo.

– Expõe que os servidores da Secretaria de Saúde atuam desestimulados e apresentam altos índices de adoecimento.

– Opina que a má gestão constitui o principal problema existente na Secretaria de Saúde e desaprova que os cargos no órgão continuem a ser ocupados mediante indicação política.

– Acentua que o governo não tem destinado recursos suficientes para o atendimento primário à saúde no DF.

– Questiona o governo acerca do destino conferido aos recursos orçamentários não executados e que eram originalmente destinados à saúde.

EURIDES DE JESUS DOMINGOS, representante do presidente Dr. Tancredo Filho, da Associação dos Amigos da Melhor Idade de Taguatinga e Associação dos Portadores de Deficiência do Gama e Entorno

– Aborda as dificuldades enfrentadas na rede pública de saúde de Taguatinga.

– Questiona o governo quanto à destinação dos recursos orçamentários da saúde não executados.

– Requer o apoio dos parlamentares para a melhoria do sistema de saúde do DF.

– Frisa que a falta de insumos nos hospitais públicos impede a prestação de bom atendimento aos pacientes.

MAURO SÉRGIO SOARES RÊGO, Presidente do Conselho Regional de Saúde do Gama

– Informa que foi empossado recentemente como presidente do Conselho de Saúde do Gama e está realizando um levantamento da realidade local.

– Considera caótica a situação, que apresenta diversos problemas no centro cirúrgico, no centro obstétrico, no laboratório e na UTI do Hospital Regional do Gama, além da defasagem em recursos humanos na regional.

– Manifesta o seu anseio por providências para a melhoria da saúde pública do DF.

CARLOS ROBERTO (BORRACHINHA), conselheiro de Sobradinho

– Reitera a afirmação do Deputado Dr. Charles de que a salvação da saúde no Distrito Federal são os conselheiros regionais de saúde.

– Menciona que Sobradinho foi exemplo nacional nessa área e acrescenta que lá surgiu o primeiro agente de saúde e o primeiro hospital escola.

– Aponta a falta de uma política pública de gestão como fator principal para a possível perda de uma escola de residentes e do programa de diabéticos na cidade.

– Vincula a má gestão à indicação de apadrinhados políticos, em detrimento de concursados públicos.

– Denuncia que não há estrutura em Sobradinho e no Paranoá para atendimento a doentes mentais.

– Questiona o investimento do GDF na área de saúde.

– Pede aos parlamentares que estudem a situação saúde.

AÉCIO ALVES, Conselheiro Regional de Saúde de Sobradinho

– Enumera conquistas obtidas pelo Conselho de Saúde de Sobradinho e opina que o órgão tem demonstrado atuação exemplar na reação às intervenções do governo.

– Relata que o Conselho de Saúde de Sobradinho tem como meta a obtenção de sede própria e a implantação de eleições para as diretorias regionais de saúde do DF.

FÁBIO FERREIRA MARTINS, Presidente do Conselho Regional de Sobradinho

– Apregoa que a importância dos conselhos regionais de saúde seja reconhecida e chama a atenção para a falta de incentivos à atuação do órgão.

– Reivindica o fornecimento de estrutura mínima para o funcionamento dos conselhos de saúde e esclarece que é contrário à remuneração dos conselheiros.

– Cita o Hospital de Santa Maria como exemplo de que o governo prioriza os gastos com equipamentos em desfavor da capacitação dos servidores.

– Rejeita as propostas de privatização da área de saúde.

– Revela que particulares têm colaborado para a manutenção dos serviços de saúde e enfatiza que o governo deve cumprir o seu dever em relação ao tema.

– Acusa o Governador Arruda de não priorizar a saúde.

– Critica a redução dos gastos com o programa Saúde da Família.

– Defende maiores investimentos no atendimento primário de saúde

– Classifica como eleitoreira a decisão do GDF de destinar R$ 3,6 milhões para custeio da saúde nas cidades do Entorno.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT

– Solicita ao presidente da comissão geral, Deputado Dr. Charles, que permita o uso da palavra à representante do Sindicato dos Odontólogos, para apresentação das reivindicações da categoria.

– Considera a cobertura de saúde bucal do DF uma das piores do País.

– Conta que os recursos para o Centro de Especialidade Odontológica – CEO no Gama foi descredenciado porque simplesmente não houve a sua implementação, apesar de o Governo Federal ter investido durante três anos na conta do GDF para a sua execução.

– Acrescenta que os recursos destinados aos Centros de Atenção Psicossocial – CAPSIs também não estão sendo utilizados.

– Parabeniza os profissionais do CAPSI do Paranoá pelo trabalho ali realizado, não obstante a falta de recursos materiais e humanos.

– Informa que acionou a Defensoria Pública do DF para que esta assegure o direito a tratamento a um portador de síndrome de dependência, uma vez que a Secretaria de Estado de Saúde não dispõe de instituição para esse atendimento.

– Relata situações precárias de pacientes no centro cirúrgico do Hospital Regional de Ceilândia.

– Reclama da falta de cobertura em atenção básica nos hospitais do DF e ressalta que os recursos disponibilizados ao Entorno não irão aliviar a questão da saúde no DF se não houver esse investimento.

– Denuncia precariedade dos programas de hipertensão e de diabetes.

– Atribui os problemas da saúde à atuação da Secretaria de Saúde, já que o DF possui o maior orçamento *per capita* do Brasil.

– Exemplifica sua crítica à Secretaria de Saúde mencionando os *kits* sucateados e emprestados à rede pública, a "quarteirização" do Hospital de Santa Maria, a inadequação da farmácia central, o repasse de recursos para a iniciativa privada sem licitação e a realização de fórum sobre novas formas de gestão do SUS.

– Ressalta a necessidade de gestão e compromisso com a população do Distrito Federal.

– Observa que a pressão sobre os profissionais de saúde por parte do Secretário é intensa e comenta a exoneração do Defensor Público e Chefe do Núcleo de Saúde, Dr. André, e a exoneração de um chefe de equipe do Hospital Regional de Taguatinga em rede de televisão.

– Comunica que entrou com uma representação contra o descumprimento de resolução do Conselho Nacional de Saúde, norma que o GDF estaria violando.

– Considera o SUS uma conquista em situação de risco, e conclama os conselhos de saúde a trabalhar em prol da reestruturação e da reformulação do Sistema.

– Alerta para a gestão da Secretaria de Saúde que objetiva repassar recursos para a iniciativa privada.

– Anuncia a apresentação de projeto de lei que trata da ocupação de cargos comissionados por servidores de carreira.

– Parabeniza os conselhos de saúde.

CABO PATRÍCIO – PT

– Manifesta sua satisfação com a aprovação do projeto de lei que estabelece o número de conselhos tutelares no Distrito Federal, ocorrida ontem, nesta Casa.

– Reporta-se ao pronunciamento da Deputada Erika Kokay, a respeito da terceirização do Hospital de Santa Maria.

– Critica a atuação do Secretário de Saúde do Distrito Federal.

– Ressalta que as licitações para compra de remédio não são realizadas publicamente e refere-se a denúncias entregues à Comissão de Educação e Saúde sobre a compra de *kits*.

– Lembra que o Secretário ainda não apresentou a esta Casa Legislativa o processo de compra desses *kits*.

– Salienta que o Governador Arruda optou por priorizar obras, em detrimento da saúde, educação e segurança públicas.

– Considera excessivo o número de obras, muitas das quais, realizadas sem licitação.

– Aborda o passado político do Governador Arruda, ocasião em que defendia a venda da Petrobrás e de outras empresas.

– Defende mudança da Lei Orgânica no que tange as atribuições do Executivo e Legislativo.

– Comenta que, apesar de a CLDF ter votado o projeto em prol dos conselhos tutelares, é o Governador que executará o orçamento.

– Conclama os conselhos de saúde a mobilizar as comunidades de cada região administrativa, a fim de cobrar ações do Governo local e pressionar a efetivação da CPI da saúde nesta Casa Legislativa.

– Menciona que a CPI deve apurar o destino de recursos direcionados a eventos para discussão de temas de saúde.

MARIANGELA DELGADO ATHAYDE CAVALCANTE, Conselheira de Saúde e Diretora do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal

– Detalha proposta apresentada pelo Conselho de Saúde do DF para reestruturação do órgão.

– Esclarece que o documento elaborado assegura as prerrogativas dos Conselhos Regionais de Saúde e prevê a eleição do Secretário de Saúde pelos conselheiros.

– Solicita aos conselheiros que compareçam à votação da proposta a ser realizada no Conselho Federal de Saúde.

PATRÍCIA ZAMPRONHA MORAES, Diretora do Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal

– Discorre acerca da importância dos serviços prestados pelos odontólogos da rede pública de saúde do DF.

– Relata que a separação das carreiras de odontólogo e médico, ocorrida em 2004, têm produzido prejuízos aos primeiros, e representa injustiça que deve ser corrigida.

– Comunica que os odontólogos suspenderão os atendimentos para exigir do governo a correção salarial necessária.

– Solicita às autoridades e aos conselheiros de saúde presentes apoio ao movimento dos odontólogos.

– Descreve o desestímulo enfrentado pelos odontólogos do Hospital de Base.

DEPUTADO DR. CHARLES, presidente da sessão

– Apoia a Drª Patrícia em suas reivindicações e sugere que a odontóloga encaminhe a documentação pertinente à Comissão de Educação e Saúde.

JOSENEIDE DE SOUSA, Presidente do Conselho Regional de Saúde de Ceilândia

– Censura a presença de apenas cinco parlamentares nessa comissão.

– Reclama atenção para Ceilândia, a maior cidade do Distrito Federal.

– Frisa que, no passado, os servidores da saúde eram motivados a trabalhar e que hoje estão desestimulados devido às más condições de trabalho.

– Destaca a necessidade de um novo hospital para Ceilândia, e salienta a atuação de um grupo de servidores que impulsionam o funcionamento hospitalar.

– Questiona a não implantação do programa de Saúde da Família e das unidades de pronto-atendimento.

– Aponta a burocracia como fator determinante para o não funcionamento do CAPS e alerta para a existência de pacientes com problemas mentais acorrentados por familiares ou soltos nas ruas.

– Reprova o centro odontológico existente em Ceilândia.

DEPUTADO Dr. CHARLES, presidente da sessão

– Opina que o governo deve rever os gastos para a contratação de serviços de saúde terceirizados.

– Esclarece que o volume de recursos destinados pelo GDF ao Entorno é pequeno em relação ao orçamento global da saúde no DF.

– Opina que a gestão, e não o financiamento, constitui o principal problema da área de saúde no DF.

– Informa que os resultados deste debate serão amplamente divulgados.

– Defende a realização de medidas que beneficiem os servidores e os usuários do sistema de saúde.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT

– Esclarece que Ceilândia deveria ter 150 postos do Programa de Saúde da Família - PSF por causa do elevado número de habitantes e opina que os Centros de Apoio Psicológico – CAPS devem oferecer atendimento 24h.

– Propõe a realização de reunião extraordinária da Comissão de Educação e Saúde para debate do problema enfrentado pelos odontólogos e sugere a solicitação de audiência com o Governador Arruda para tratar do tema.

– Relata a falta de materiais e medicamentos que ocorre na rede pública de saúde em Ceilândia.

– Defende a manutenção do Sistema Único de Saúde e sustenta que a população deve se apropriar das políticas públicas a fim de torná-las políticas de Estado, e não de governo.

DEPUTADO DR CHARLES – PTB

– Acata o pedido da Deputada Erika Kokay de realização de reunião extraordinária da Comissão de Educação e Saúde.

– Comenta o pronunciamento do Deputado Reguffe em relação aos computadores.

– Reitera a luta em prol do fortalecimento do SUS e a não privatização da saúde pública.

MARIANGELA DELGADO ATHAYDE CAVALCANTE, Conselheira de Saúde e Diretora do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal

– Agradece a todos a indicação de seu nome para representante dos conselheiros de saúde na Mesa desta comissão geral.

– Insufla os presentes a continuarem na luta em favor da saúde no Distrito Federal.

DEPUTADO Dr. CHARLES, presidente da sessão

– Observa que é ilegal a existência incompleta dos postos do Programa Saúde da Família.

– Parabeniza os conselheiros de saúde presentes pelo empenho demonstrado.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Dr. Charles):

– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro Secretário

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 209-Suplemento, de 18/11/2009.